

FERNANDO PESSOA E A TRADIÇÃO DO GRAAL

HAQUIRA OSAKABE
UNICAMP

Apesar das poucas indicações de F. Pessoa em relação ao Graal, não me parece restar dúvida de que se trata, no caso, de uma "impregnação" inalienável e, quiçá, central em boa parte de sua obra de cunho místico e de cunho místico-nacionalista. O que chamo aqui de "impregnação" tem a ver diretamente com os significados que uma certa tradição lavrou e associou nas memórias e que se espriam pelos cantões da mística e das crenças sobre as quais se enraízam as culturas. Desse modo, uma questão ou conteúdo como o Graal, antes de ser um tema, despontará sempre como uma **presença** à qual se amalgamam os mais diferentes materiais culturais, religiosos e mesmo individuais. Isto porque o Graal se assenta no interior de diferentes instâncias de diferentes culturas - sempre rebelde a avaliações unilaterais - como ocorre com todo mito vivo. Assim, reporta-se ele, com implicações diversas, ao mito da redenção cristão, ao mito do rei-morto-adormecido, ao mito da revelação iniciático-esotérica.¹ Neste trabalho tratarei prioritariamente de **Mensagem**, servindo-me dos outros poemas como suporte de análise. Nessa obra, o Graal tem referência explícita no poema dedicado à "Dona Phillipa de Lencastre" e também no poema dedicado ao "Desejado". Como pensá-lo no interior do texto todo?

Em primeiro lugar cabe ressaltar aqui a questão do veio cultural em que Pessoa teria fruído o mito. É notória, na formação do Poeta, a herança anglo-saxônica. Nesse sentido, o conhecimento da obra de Mallory mais remotamente, bem como os poemas de inspiração arturiana de Tennyson devem ter formado o sedimento literário da obra pessoana. Por outro lado, a existência de um Holy Grail de A. E. Waite na biblioteca do Poeta denuncia o fato de que não foi por uma mera questão episódica que Pessoa integrou em sua obra o mito do Graal². Além disso, corroborando com essa afirmação, bastaria referir-nos ao verbete Graal nos dicionários da maçonaria para admitir que o que chegou ao Poeta não foi uma lenda medieval refeita nos moldes românticos e cuja refacção serviria aos intuítos estilísticos de Pessoa, mas sim um mito atual e vigoroso impondo-se por várias entradas na sua obra como um princípio estruturante.

Tomemos primeiramente o poema **O Desejado** (o 3º dos símbolos):

1. Onde quer que entre sombras e dizeres
2. Jazas, remoto, sente-te sonhado
3. E ergue-te do fundo de não seres
4. Para teu novo fado.

5. Vem, Galaaz com Pátria, erguer de novo,
6. Mas já no auga da suprema prova,

7. A alma penitente do teu povo
8. À Eucharistia Nova.

9. Mestre da Paz, ergue teu gládio ungado,
10. Excalibur do Fim, em geito tal
11. Que sua Luz ao mundo dividido
12. Revele o Santo Graal. (O.P.-p. 85)(3)

Retoma-se nesse poema a esperança de uma era nova sincretizada na figura tradicional do "Desejado". Nessa retomada o Graal aparece como o resultante cabal de um processo de revelação. Isto equivale a dizer que o Graal é visto no poema como uma instância final que sobrepõe um mundo dividido e funde-o numa nova reunião eucarística. Desse modo desaparece aqui, como aliás já ocorre em várias versões do mito, a separação entre conteúdo e continente, este tornado suficiente para as significações múltiplas daquele objeto. Sem dúvida nenhuma Pessoa retoma nesse poema as últimas versões medievais do mito, isto não apenas pela presença de Galaaz, o herói tardio que veio substituir Perceval, mas também pela mística do Graal enquanto objeto autônomo capaz de, elidindo o sagrado de seu conteúdo, tornar-se por si só objeto dos anseios da valorosa confraria da Távola Redonda³. Isto porque, integrado dessa forma, a realidade do Graal consubstancia o metafísico. Examinemos o caso da narrativa medieval tal como nos aparece na versão dita Ganthier Mapp ou mesmo na versão de Mallory. Tomado como artefato valorável em si, o Graal comanda, até o extremo das possibilidades terrenas, a aventura máxima da cavalaria. Tanto assim que Galaaz às vésperas de contemplar aquele objeto, roga a Deus que lhe conceda com essa contemplação, a Graça da morte. A experiência da visão tornaria insuportável a condição humana. Em outros termos, a experiência que comporta a visão do objeto exacerba no sujeito o sentimento mortal da miséria terrena. Nesse sentido o sujeito por um conhecimento intransferível, inscrito no horizonte específico de sua individualidade. No poema de Pessoa a coisa se passa diferentemente: o Graal constitui, mais do que numa conquista **pessoal**, no objeto da expectativa última de um povo; e ao invés de significar a passagem da vida terrena para a celestial, o Graal aqui significa em princípio a possibilidade de uma Era Nova dentro da história terrena de um povo, o momento de uma nova eucaristia, da confraternização que irá redimir o mundo dividido, - sonho mais uma vez acalentado da unidade universal construído sobre um ideal de fraternidade. Saliente-se que este é o fulcro ideológico quer da maçonaria quer da Fraternidade Rosa-cruz, entidades que tiveram do Poeta larga simpatia. Retornando a Galaaz, sua figura, tal como Pessoa a afirma, recompõe não só o herói medieval mas também revive um dos conteúdos místicos envolvidos na tradição cavaleiresca, que se corporifica não em Galaaz mas no Rei Artur: a **do herói em repouso**. Assim se nas versões medievais Artur morto e aguardando um futuro novo, oculta-se em Avalon, aqui esse herói "em intervalo", é Galaaz que há de vir do "fundo de não seres" para "o novo fado". Virá, mas desta vez com Pátria, vincado no lastro de uma história e de um povo especial. Aliás é essa associação de Galaaz com a figura do "Rei-morto-à-espera-de" que permite a ligação entre este poema e o seguinte: "As Ilhas afortunadas, "Terras sem ter lugar/Onde o Rei mora esperando/" (O.P. p. 85). É evidente que aqui neste poema a remissão explícita seria mais para um Artur ou um D. Sebastião. Mas resta sob os três (Galaaz/Artur/Sebastião) aquilo que os funde na mesma função: todos eles mobilizam o desejo por justificar a expectativa. Desse modo, repetindo, Galaaz retorna em F. Pessoa, acrescido de mais um conteúdo. A retomada aqui é precisa e justa: as narrativas medievais falam do momento em que

o Graal é arrebatado para os céus e em que Galaaz entrega a alma ao criador. Sujeito e objeto do mesmo objeto subtraem-se da condição terrena, deixando ao Reino de Logres a terrível verdade: o Graal desapareceu, arrebatado por mãos celestiais e a Grande Esperança do Reino, Galaaz, jaz sob o templo de Sarraz. Inicia-se para Logres o obscuro tempo do declínio e da esperança sem horizonte. Voltará o Graal? Não. Ressuscitará Galaaz para com sua busca fecundar de esperança a decadente cavalaria? Também não. E é justamente do interior dessa dupla negação que se erige o poema pessoano: para desdizê-la e reconfortar, através do deslocamento do conteúdo mítico, uma nação inteira. Em outros termos, ao dispor em Galaaz a substância do herói em expectativa, Pessoa transforma-o, superpondo nele conteúdos complementares: Galaaz é o Desejante e por isso mesmo o Desejado - interprete incomum do sonho que uma nação, mesmo sem o saber, deve acalentar. É nesse ponto que se observa o modo eficaz com que Pessoa revive o herói, inflando-o de um conteúdo que falta objetivamente na própria coletividade. **Mensagem** pode ser encarada, assim, como a tentativa de indicar essa falta e tentar de alguma forma mobilizá-la. E é imbuído dessa tarefa que ele transforma Galaaz da condição do herói medieval impossível para a condição de herói contemporâneo necessário. Etienne Gilson citado por Albert Géguim⁴ diria que a figura de Galaaz encarnaria, segundo o ideário cistercense, o grau máximo da Graça. Caberia acrescentar que se trata de uma figura que encarna sobretudo o grau **inacessível** da graça pelo qual homem nenhum suportaria sua condição terrena. Fruto de uma crítica radical que a Idade Média fez da imperfeição humana, Galaaz seria a Perfeição - Imagem e semelhança do Cristo e é nisso aliás que reside o especial vigor com que esse mito fecundou o final da Idade Média. Mesmo não desejando a posse, mas sim apenas sua pura contemplação, isto bastará para transmutar-lhe a existência. Depois da contemplação - só a morte. Logo, nessa acepção a visão do Graal representa a passagem definitiva para a beatitude, estado impossível para a condição terrena. Assim, quando Boors regressa ao reino de Logres será para dizer da irreversível desaparecimento do Graal e da liquidação definitiva na captura humana e terrena daquele objeto. Do ponto de vista cristão, isso significa que o estado de beatitude está no umbral da morte, inacessível ao mundo, portanto. E é esta a verdade que o poema vem contestar: o retorno de Galaaz não só é possível como necessário. É para esse retorno que Galaaz é convocado. Portanto, Pessoa imprime sobre sua figura cristã o conteúdo heterodoxo de um certo unilenarismo, em que o herói, cumprindo o ciclo de sua imersão "entre sombras e dizeres", ergue-se para retomar com o seu destino o desejo de sempre. É justamente nesse momento que, dissolvendo a categoria do possível na categoria do necessário, o Graal vem situar-se no limite da nova Idade. Com isso o Poema "resolve" a questão com que se encerra o poema anterior: "Quem vem viver a Verdade/Que morreu D. Sebastião"? (O.P. -p. 85). Quem vem é o Desejado que é o Desejante ou vice versa. Deixemos a discussão desse ponto para páginas posteriores. Por enquanto retomemos o poema dedicado a Dona Phillipa de Lencastre:

1. Quem enigma havia em teu seio
2. Que só gênios concebia?
3. Que archanjo teu sonhos veio
4. Vellar, maternos, um dia?

5. Volve a nós teu rosto sério,
6. Princesa do Santo Graal,
7. Humano ventre do Império,
8. Madrinha de Portugal. (O.P. -p. 84).

Começamos por chamar a atenção para os versos 6 e 8 em que são expressados dois dos apostos de Dona Phillipa. Imbuído de sua já conhecida missão de fabricar mitos e de repor a história humana no plano de uma lógica superior, Pessoa realiza com os dois apostos uma leitura particularmente feliz de uma história oculta onde não há acasos, mas determinações quase insondáveis. Numa só expressão “princesa do Santo Graal”, Pessoa consegue retomar a tradição céltico-bretã da mulher, guardiã do Sagrado⁵, e consegue atribuir a uma quase anônima princesa inglesa essa função sacra. Além disso, denominando-a “Madrinha de Portugal”, consegue situar a Pátria na linhagem da mística arturiana. Assim, não foi o acaso quem provocou o casamento entre Dona Phillipa e D. João I, mas sim uma determinante superior que ao transportar a princesa de terras bretãs para Portugal traça com isso o itinerário daquilo de que ela mesma é portadora, isto é, a tradição do Graal e com ela a incorporação de Portugal no bojo complexo de esperanças arcaicas. E não é sem razão que Dona Phillipa compartilha com seu esposo a habitação do sétimo castelo. Também coube a Dom João a inscrição da pátria numa tradição heterodoxa arcaica - ele, o mestre de Avis e mestre do “templo que Portugal foi feito ser” (O.P. -p. 74). Pessoa se reporta aqui à coloração esotérica que com o passar dos tempos aderiu-se a várias confrarias medievais, dentre as quais a própria Ordem de Avis que, de Ordem de Cavalaria estende esse conteúdo místico para toda uma dinastia. Assim batizou-se a nação portuguesa sob o signo de Graal e conjugou-se à tradição do Graal uma tradição local. Com Avis, Portugal nasceria para uma Idade Oculta de que as glórias não foram senão um equívoco e parco sinal. “Cumpriu-se o mar e o Império se desfez” (O.P. -p. 78), diria Pessoa em outro texto. Ficam dessa forma ligados por poemas citados tendo como lastro comum um processo através do qual algumas engenhosas e inspiradas operações constituem uma imagem nova plasma-da sobre um fundo mítico e remoto. Tais operações podem ser parafraseadas da seguinte forma: 1. com Dom João, Portugal é ungido como o Templo, lugar do sagrado por excelência; 2. com a vinda de Dona Phillipa, Portugal erige-se não apenas como um Templo, mas como o Templo do Graal; 3. enquanto lugar sobre o qual repousa a tradição do Graal, Portugal é a Pátria a que o herói máximo da cavalaria retornará; 4. tal retorno trará a revelação final e coletiva do Graal.

A contextualização mais imediata dessas operações é feita no interior de uma retomada da tradição mística da cavalaria. Como se sabe, tal tradição instalou-se sobre uma espécie de dupla verdade: de um lado a cavalaria foi entendida como extensão laica das ordens monásticas e nesse sentido portadora da ortodoxia cristã, e de outro, exatamente por ser laica (e pelo conseqüente contacto com o mundo) essa instituição teria sido permeável a uma gama enorme de conteúdos e rituais pendentes à heterodoxia⁶. E é, sem dúvida, nesse sentido último que Pessoa assume como um dos suportes mais eloqüentes de seu texto a tradição cavaleiresca à qual o Graal está ligado enquanto destino vocação e, sobretudo, enquanto mito condutor. Outro não é o sentido, dentre outros poemas, daquele dedicado a Dom Affonso Henriques o qual invocado contra “novos infiéis”, é qualificado como cavaleiro, ao qual um sujeito coletivo presente apõe-se como sucedâneo. Isto é, a coletividade em que o poeta se inclui incumbe-se da missão cavaleiresca de antigamente, ligando, desse modo, o contemporâneo ao Tradicional, fazendo daquela coletividade a herdeira da antiga luta. Diz o poema:

Pae, foste cavalleiro
Dá contra a hora em que, errada,
Novos infiéis vençam
A benção como espada
A espada como bñção. (O.P. -p. 73)

Dá contra a hora em que, errada,
Novos infiéis vençam
A benção como espada
A espada como bênção. (O.P. -p. 73)

e nesse sentido não é sem razão que Nuno Álvares Pereira vai tonar-se em outro poema o cavaleiro eleito- aquele que herda com a Excalibur que lhe oferece o rei Artur a missão de erguer a luz da sua espada "para a estrada se ver". (O.P. -p. 76).

Opera-se desse modo a transmutação de Portugal sobre quem "a noite veio" e onde "a alma é vil" num lugar privilegiado, apesar da desgraça (ou por causa dela), lugar em que se cruzam duas concepções de história e logicamente duas concepções de realidade. De um lado, a história humana, factual e material e, de outro, uma história de todos os modos insondável, mas cujos sinais quem sonha pode perceber. Situando-se como o terceiros dos avisos, seguindo Bandarra e Vieira, Pessoa imprime sua obra na trilha dessa segunda história e descobre para além do Portugal **factual**, uma segunda(?) natureza, determinada, esta sim, pela história **fatal** cujos sinais cabe-lhe decifrar. É desse modo que, adjuntada a outras tradições, Pessoa toma a cavalaria mística como um sistema coeso que pelo conjunto de seus símbolos maiores, permite-lhe agir hermenêuticamente sobre a história e, interpretando-lhe os sinais, compor no plano superior a história real, inexorável que a esperança funda, justificada pelo Fado. Assim se explica que ao contrário do que ocorre em Camões, Dona Tareja, por exemplo, valha não pelo que fez, mas pelo que, sem o querer, gerou; portanto, pela sua involuntária intrusão numa história maior. Assim também se explica o heroísmo de Conde Dom Henrique que realiza, para além da própria vontade, o agenciamento de Deus.

Retomemos, nessa perspectiva, a questão da cavalaria mística; dissemos que os textos analisados de Pessoa assumem como um dos lastros discursivos mais evidentes essa tradição; isto, menos por força retórica do que como matriz heurística capaz de justificar a escolha de Portugal como o lugar do sagrado ("Templo que Portugal foi feito ser;"). No contexto, Templo não é qualquer lugar sagrado, mas um lugar determinado comportando uma tradição cuja natureza pode ser esclarecida no poema "Quinto Império" onde se lê: "Seu peito atrai, rubra e templária/ a cruz de Cristo." Logo, trata-se de uma inserção mais no lastro da tradição Oculta da cavalaria mística, tal como foi recomposta sobretudo pelas confrarias que se expandiram pela Europa no século XIX. Nesse sentido, Pessoa, leitor do Oculto, vê no início da Dinastia de Avis a marca da própria Iniciação portuguesa num destino que, encarnado em Dom Sebastião será o ponto crucial da outra história. E, repetimos, não é por acaso que através de uma conjunção perfeita Dom João I viria a desposar Dona Phillipa de Lencastre. Num só castelo, por sinal o sétimo (justamente a casa do mistério) fundem-se Avis, a tradição Templária e o Graal. Com esta sacração o herói nacional Nuno Álvares Pereira só poderia ser herdeiro de Artur. Aliás, conta a crônica que Nuno Álvares teria tido como modelo de vida a valentia e a castidade de Galaaz. Verdade ou não, a consagração desse herói no poema a ele dedicado, fazendo-se também no interior da tradição cavaleiresca, de certa forma, realiza-lhe o sonho. Tal como Galaaz, Nuno Álvares fica, pelo poema, definitivamente ungido cavaleiro e herdeiro da mística arturiana.

Desse modo, Pessoa a partir dos elementos da matéria de Bretanha e dos mitos que essa compreende, restabelece os laços entre o seu momento histórico e os sinais místicos que uma certa tradição medieval nos legou. Concordemos, não se trata de um procedimento original- pois na trilha dos textos maçônicos ou rosacru- cianos esse processo faz-se quase que como um paradigma.⁷ A originalidade está

no vigor da retomada, dentro de uma radical interpretação daquilo que faltaria a Portugal: a esperança e o sonho.

É imbuído da tarefa de interpretar essa falta que se justifica a própria feitura de **Mensagem**. Nesse particular note-se que o mais antigo poema daquela obra, não sem razão, dedicado a um D. Fernando, propõe-se como uma sagração divina do eu poético dispondo-o para a guerra santa. E, mais do que isso, configura-o com “uma febre de Além” e um “querer grandeza” sincretizada na luz de um gládio que vem de Deus. Assim, será possível pensar a partir desse poema que na origem não possuía dedicatória e que tinha o significativo nome de “Gládio”. (O.P. -pp-74/75).

Feito esse percurso, retomemos a questão do Graal. Tal como ficou afirmado, o vigor desse mito justifica-se pelo fato de que o sentido básico de **Mensagem** reside na prefiguração de uma **falta essencial** representada por diferentes expressões tais como: fulgor baço da terra”. “brilho sem luz e sem arder”. Essa falta essencial tem uma dupla face, a primeira delas volta-se para a história factual e a segunda imprime-se sobre a história oculta. Ocorre que o que se corporifica no primeiro plano não coincide necessariamente com as fulgurações do segundo plano. Isto é, nem sempre os signos da história factual revelam os intuitos mais fundos da outra história. Isto pela razão inequívoca de que a **falta essencial** embora se reflita como ausência sensível no primeiro plano, é de natureza metafísica e tem a ver, nesse sentido, com um fulcro ontológico em torno do qual giram os dois planos. Visto do ângulo da história oculta traduz-se a referida falta como a determinação que conduz essa história a um inevitável fim. Vista sob o ângulo da história factual, ela será sempre confundida com o fluxo da materialidade, sempre equívoca em seus sinais. Qualquer coisa mobiliza a história factual em direção àquela falta. Mas ao invés de esclarecer sua natureza, a história factual confunde-a, equivoca-a e ensurdece seu apelo. Será preciso transcender este plano para que, atingindo uma esfera só acessível a espíritos privilegiados, se possa vislumbrar o que faz na sua verdade o destino das nações. Estamos aqui em pleno território do **Desejo**- contra partida necessária da **falta essencial**. Num dos seus escritos em prosa, Pessoa falando dos graus de iniciação, situa como exemplo do mais alto grau, a figura de Shakespeare - isto é a figura do gênio que, ungido, é capaz de tangenciar o outro plano e de livrar para a humanidade verdades que a história factual só vem ocultar.⁸ Pois bem, apoiando-se no próprio poeta, é possível dizer que Pessoa imbui-se também dessa função superior: a de integrar em definitivo na história factual a dimensão metafísica de seu móvel do qual, mergulhada na iniquidade dos fatos, a nação ter-se-ia “esquecido”. Retomemos neste ponto o poema **O Desejado** onde esse mito tradicional projeta-se sobre a figura de Galaaz, o sujeito de um desejo que tem como objeto o Graal. Como dissemos anteriormente, trata-se de um jogo no qual o desejante Galaaz configura-se ele próprio como objeto do desejo da coletividade. Este ponto merece reflexão.

Tomando como ponto de partida a **falta essencial** corporificada no Graal, verifica-se que o desejo duplica-se: há o desejo do Graal que tem em Galaaz o seu sujeito e há o desejo que tem em Galaaz seu objeto. Logo o que faltaria à Pátria não seria apenas o objeto último: um Graal a ser demandado. Falta-lhe mais: um sujeito desejante. Talvez se possa interpretar esse sujeito como a alma de que trata o poema **A Última Nau**. “Ah! Quanto mais ao povo a alma falta, mais a minha alma falta, mais a minha alma atlântica se exalta” (O.P. -p. 82). Trata-se daquela região encoberta pelo nevoeiro, ocultada pelo “frio morto em cinzas”. Logo, uma dupla falta subjaz à história e o que mais aguça a expectativa do poeta não é a ausência do objeto do desejo, mas sobretudo a ausência de um **sujeito desse desejo**. É neste ponto que cruzam e se confundem as duas histórias, reafirmando aqui um procedi-

mento analítico ao mesmo tempo excludente e inclusivo sobre o qual se monta o paradoxo do mundo e da história e que aparece bem delineado tanto nos "Passos da Cruz" como em "No Túmulto de Christian Rosencreutz". Dividido entre duas histórias e dois mundos, ao homem mal cabe vislumbrar aquilo de que lhe falam os sentidos, imerso que está na história factual. É o que diz o poeta quando afirma: "Ah! mas aqui onde irreais erramos,/Dormimos o que somos". No entanto, tal como ocorre nas teorias milenaristas, sem o engano das aparências não se poderia atingir as verdades mais fundas. Paradoxalmente a verdade reside sob o engano e o engano conduz à verdade. Isto porque para o homem não resta outra forma de acesso à verdade que o próprio engano.⁹ Assim ocorre com a exemplar figura de Dom Sebastião, símbolo do erro no plano do sensível e sinal da verdade no outro plano; mas esta verdade significando a glória futura e uma fatalidade inarredável significa também, para um olhar imediato, a vileza presente e sonho do impossível. Separados os dois planos, ter-se-ia sempre a ilusão de dois percursos paralelos, atuando de forma complementar e traduzindo-se na clássica oposição essência e aparência. Mas não é exatamente isto que Pessoa pretende assumir. Numa leitura atenta de **Mensagem** e de outros poemas de carácter místico percebe-se uma tendência à superposição dos dois planos assinalando um paradoxo semelhante ao formulado pelo poeta em "A Nova Poesia Portuguesa no seu Aspecto Psicológico", quando fala de um transcendentalismo panteísta O. em P. p.378 e segs.). Aqui no caso, o paradoxo se traduziria num historicismo atemporal que alteraria a substância da própria matéria histórica ou que instaura o tempo e a espera dentro da atemporalidade. Muito se tem falado sobre as implicações das idéias políticas de Pessoa, tentando traduzi-las numa historicidade factual. É difícil entendê-lo dessa forma, exatamente porque Pessoa trata do político mais como mito do que como matéria temporal e o mito só é fecundo quando, sem perder sua permeabilidade histórica, incorpora-a no plano das coisas imutáveis. Nesse sentido a grande dificuldade histórica de Portugal está na falta metafísica de um desejante e de um desejado, do sonho e de seu sujeito - o que torna a história e o tempo naquilo que o próprio poeta denominaria "um grande lago mudo." (O.P.-p.129).

Para finalizar, entre outras, cabe formular aqui uma pergunta: por que razão Pessoa teria escolhido a cavalaria e o Graal como uma de suas matrizes de interpretação do mundo? Retomemos aqui o que foi afirmado no início do trabalho; não se trata de um recurso retórico, mas da retomada de um mito presente dentro da tradição heterodoxa proveniente tanto da Fraternidade Rosa-Cruz quanto da Maçonaria conjugadas e que sobretudo presentemente mantêm um inegável fôlego/explicativo em outros meios esotéricos e que teria chegado até o nosso século pela sobrevivência da tradição templária subjacente ao aparecimento de novas confrarias. O mundo medieval e sua tradição mística sobrevive desse modo tanto na manutenção de determinados rituais de iniciação quanto sobretudo na manutenção de alguns de seus mitos. No caso de Pessoa, tendo em vista a flagrante rebeldia institucional que o caracteriza, pesa o aparente tradicionalismo desta sua faceta¹⁰. Isto é o óbvio. Mas a razão fundamental da incorporação dessa tradição parece estar na localização mítica do tempo de **Mensagem** e que coincide com o período da formação histórica da nação, o qual se teria consagrado dentro do próprio ideal cavaleiresco cujos termos essenciais estão na **abdicação do mundo e perseguição de ideais mais elevados**, numa espécie de monaquização da Terra e de sua transformação em território de santas guerras. Nesse processo o cavaleiro seria um monge e o monge, um cavaleiro. É o que vamos encontrar expresso num singelo poema do cancionero onde se lê:

Do vale à montanha,
Da montanha ao monte.
Cavalo de Sombra
Cavaleiro monge,
Por casas, por prados,
Por quintas e por fonte
Caminhais aliados.
Do vale à montanha
Da montanha ao monte
Cavalo de sombra,
Cavaleiro monge,
Por penhascos pretos
Atrás e defronte,
caminhaes secretos.

Do vale à montanha,
Da montanha ao monte
Cavalo de sombra,
Cavaleiro monge,
Por planos desertos
Sem ter horizontes
Caminhais libertos.

Do vale à montanha,
Da montanha ao monte
Cavalo de sombra
Cavaleiro monge
Por ínvios caminhos
Por rios sem ponte,
Caminhais sozinhos.

Do vale à montanha
Da montanha ao monte
Cavalo de sombra
Cavaleiro monge
Por quanto e sem fim,
Sem ninguém que o cante,
Caminhais em mim.
O.P.-pp.162-163).

NOTAS

1. Remeto aqui à leitura sobretudo de **Le Graal** de Jean Makarle, **Os Caminhos do Graal** de Patrick Rivière, **O Mistério do Graal** de Julius Évora, **At de Table of the Grail** de John Matthews (ed.) e **The Secret Tradition in Arthurian Legend** de Gareth Knight.
2. Agradeço aqui as indicações feitas por Yara Frateschi Vieira e Eric Sabinson sobre a tradição anglo-saxônica em Pessoa, bem como aquelas feitas por Teresa Sobral Cunha no que diz respeito à presença da obra de A. E. Waite na biblioteca do Poeta.
3. Consultaram-se para este trabalho F. Pessoa **Obra Poética** - org. Maria Aliete Galhoz. Rio Aguilar. 1965 e F. Pessoa **Obra em Prosa**. Cleonice Berardivelli. Rio. Nova Aguilar, 1986.
4. Refiro-me aqui à versão Gauthier Mapp, à de Mallory e sobretudo ao original português nas edições de J. Piel e de Augusto Magne.
5. V. Prefácio de **La Quête du Graal**. Éditions du Seuil, 1945.
6. V. em particular J. Évola op.cit.
7. Sobre a cavalaria v. Edgard Prestage **A Cavalaria Medieval**, trad. Álvaro Dória, Porto, Livr. Civilização Editora s3d. Ler ainda Régine Pernaud **Os Templários**, col. saber, Lisboa Europa-América s/d.)
8. **Maçonaria e Misticismo Medieval** de Isabel Cooper-Oakley. S. Paulo. Pensamento. 1978.
9. V. F. Pessoa **Sobre Portugal** (org. Joel Serrão) p.p. 173/174.
10. V. F. Pessoa, **Sobre Portugal** (org. Joel Serrão) as seguintes palavras citadas por Joel Serrão: "O mundo conduz-se por mentiras; quem quiser despertá-lo ou conduzi-lo terá de mentir-lhe delirantemente e fá-lo-á com tanto mais êxito quanto mais mentir a si mesmo e se compenetrar da verdade da mentira que criou" p.p. 147 e p.p. 254/255.